manchete

SOL

04-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 25000

Temática: Política
Dimensão: 4169 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6 a 9

CENTENO FORÇOU DEMISSÃO

■ Ministro das Finanças precipitou a crise: se a proposta aprovada na AR fosse letra de lei, saía do Governo ■ António Costa tocou a rebate e colocou em cima da mesa a demissão de todo o Governo ■ Esquerda e direita foram apanhadas de surpresa, mas não admitem recuar ■ Eleições já em julho é o cenário agora mais provável ■ Marcelo foi dar um mergulho ao mar mesmo antes de receber Costa em Belém ➲ Págs. 6-9

manchete

SOL

04-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 25000
Temática: Política
Dimensão: 4169 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6 a 9

JOHN THYS/AFP

COSTA CRISE EM MARCHA

Cristina Rita
cristina.rita@sol.pt

Mário Centeno precipitou a crise política, com a ameaça de bater com a porta face ao diploma aprovado na AR. António Costa tocou a rebate e foi a Belém preparar terreno para a demissão do Governo. Que pode acontecer dia 15. A antecipação das eleições para julho está em cima da mesa.

António Costa falou ontem ao país, num dos momentos mais complicados da sua governação, para dizer aos portugueses, sem meias medidas, que se demite se o Parlamento aprovar a contabilização de nove anos, quatro meses e dois dias de descongelamento de carreiras dos professores. A ameaça tem data marcada: 15 de maio, prazo-limite para a votação final global da proposta.

Após uma reunião de 30 minutos com o Presidente da República, em Belém, o primeiro-ministro colocou o plano de crise política em marcha, preparado durante a manhã de ontem, em São Bento, perante a evidência de que não haveria recuos. Os parceiros de esquerda, PCP, PEV e BE recusaram o ultimato do chefe de Governo, que abordou os custos da medida: 340 milhões de euros entre este ano e 2020, sem contar com um encargo anual de 800 milhões de euros anuais para descongelar as demais carreiras da Função Pública. **«Colocaria em situação de desigualdade os demais funcionários públicos e os portugueses que sofreram nos salários e impostos os efeitos da crise»**, justificou António Costa.

Um dos argumentos decisivos para se precipitar o cenário de crise foram os argumentos do ministro das Finanças, Mário Centeno, invocados logo na quinta-feira à noite: um quadro insustentável, com a necessidade de se refazer o programa de estabilidade, já entregue em Bruxelas. Ora, Mário Centeno é presidente do Eurogrupo. Pelo que a sua situação seria insustentável e, segundo o *SOL* apurou, o governante terá mesmo ameaçado bater com a porta caso tais encargos passassem a letra de lei – com a aprovação na AR.

Centeno sem alternativa

O Ministério das Finanças não fez comentários ao *SOL*, e fontes próximas do ministro garantem que Centeno não chegou a apresentar a demissão a António Costa. Porém, fontes socialistas admitiram ao *SOL* que o ministro não teria hipóteses de ficar no cargo, uma vez que teria de fazer um orçamento retificativo e, por uma questão de coerência, teria de sair.

Perante este cenário, Costa deu o passo em frente: a haver demissão será dele próprio e do seu Governo em peso.

Aliás, este cenário ficou desde logo claro com a afirmação de que o diploma **«condiciona de forma inadmissível a governação futura em termos que só o eleitorado tem legitimidade para aprovar»**. Dito de outra forma: a medida só pode ser aprovada se passar no crivo de eleições. Neste caso, de novas eleições legislativas.

Com a demissão do Governo, cabe ao Presidente da República marcar eleições no prazo de 60 dias. Ou seja, as próximas legis-

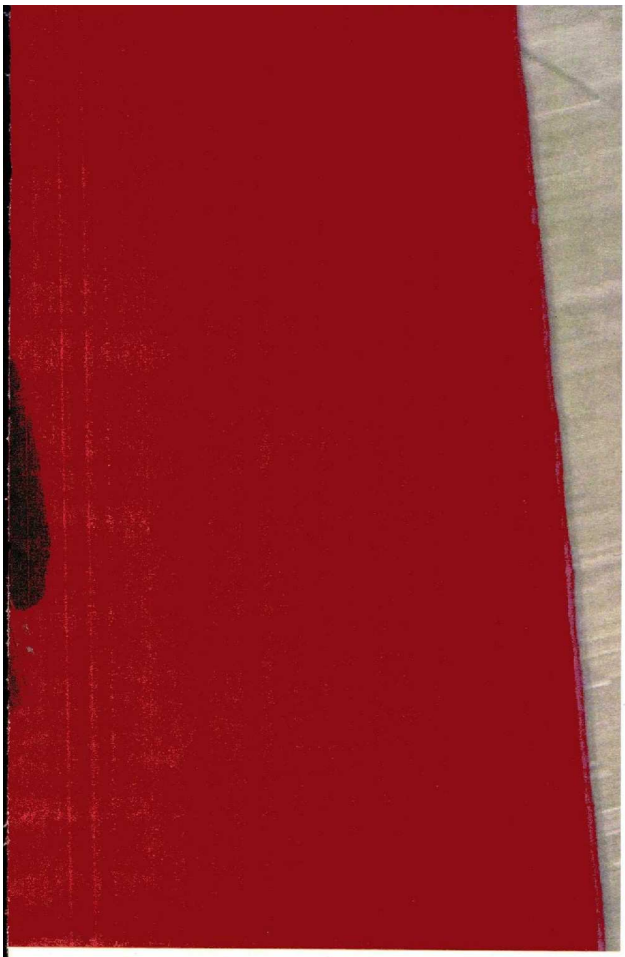
manchete

SOL

04-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 25000

Temática: Política
Dimensão: 4169 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6 a 9



Direita prepara cartilha para travar críticas sobre despesa

PSD e CDS procuram explicar que as suas decisões não implica gastos permanentes orçamentais.

A dramatização do discurso do Governo e do PS já era esperada pelos partidos do centro-direita, mas o que surpreendeu tanto o PSD como o CDS foi o Executivo socialista responsabilizá-los pelo aumento da despesa. O tema é caro aos antigos parceiros de coligação e deixou militantes sociais-democratas e centristas preocupados com a estratégia socialista. **«É um discurso que cola bem ao centro e é o eleitorado potencial do PSD»**, declarou uma fonte social-democrata ao *SOL*, optando pelo anonimato.

O CDS foi o primeiro a falar. A líder centrista, Assunção Cristas, optou por ser ela própria a explicar aos jornalistas que a versão aprovada **«não aumenta um cêntimo que seja o encargo para o Orçamento»**. Logo durante a noite de quinta-feira, os centristas começaram a colocar também mensagens nas redes sociais e a fazer chegar *e-mails* para passar a mensagem de não aumento da despesa no imediato e sempre mediante negociação: **«Não é verdade que o CDS tenha hoje aprovado o pagamento de tempo integral dos professores. Essa proposta foi chumbada com o nosso voto. Aprovou-se apenas o princípio de que os professores terão direito à contagem integral do tempo congelado mediante negociação com o Governo»**.

Mesmo que se falem em princípios para acautelar a negociação do descongelamento de nove anos, quatro meses e dois dias, a dramatização do discurso do Governo obrigou o PSD a reagir também. A deputada Margarida Mano enviou um *e-mail* aos seus pares para explicar os argumentos do partido. **« Um Governo irresponsável e incompetente não sabe lidar com a situação em que nos colocou (...) não sabe lidar com maiorias parlamentares contrárias à sua vontade. Paciência!»**. A irritação prendia-se com a certeza de que a recuperação do tempo congelado de carreiras será feita tendo em conta a « **situação económica e financeira do País»**.

A forma como a proposta foi desenhada foi articulada entre o grupo parlamentar e a direção do PSD, mas dentro do partido houve quem não percebesse como Rui Rio, o líder que gosta de contas certas, se deixou enredar pela estratégia do PS. **«[No PSD]poderiam ter preparado documentos prévios para explicar aos militantes, passar a palavra, explicar a posição do partido a comentadores»**, apontou outro militante social-democrata ouvido pelo *SOL*. O discurso social-democrata é o de que qualquer negociação com professores terá sempre em conta o crescimento económico e será feito de forma **«responsável»**.

Cristina Rita

lativas, em vez de Outubro, poderão realizar-se em julho.

'Despesismo' colado à direita

Costa acusou ainda PSD e CDS de **«total desrespeito pelo princípio da estabilidade orçamental»**, tentando colar a imagem de despesismo a Rui Rio, líder do PSD, e a Assunção Cristas, líder do CDS. Contudo, também lembrou que nenhum dos seus parceiros de esquerda tinha previsto o descongelamento completo das carreiras de docentes nos seus programas. Por isso, recusou que estivesse a ceder a uma estratégia de eleitoralismo, porque não foi o Governo que escolheu o calendário para aprovar a proposta de alteração a um decreto-lei do Governo.

E afinal que proposta é esta? O texto aprovado no Parlamento, quinta-feira à noite, não estava ontem fechado, mas foi consensualizada entre PSD, CDS, BE, PCP e PEV, e os responsáveis pela chamada 'coligação negativa' garantiram que não terá efeitos no Orçamento do Estado de 2019. Para já, o que foi aprovado foi a recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias de tempo de serviço congelados pagos em 2020, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2019.

Os prazos de pagamento não são os do Governo, mas o tempo de descongelamento foi o proposto pelo PS. Ora o remanescente, para perfazer 9 anos, quatro meses e dois de recuperação integral do tempo congelado, não tem prazos definidos e dependerá da situação económica e da negociação entre executivos e sindicatos.

A queda da 'geringonça'

PCP e PEV não aceitaram o ultimato do Governo, sinalizando que mantêm o seu sentido de voto. Mais, os comunistas consideraram que « **a chantagem do Governo com o PCP não funcionará»** e João Oliveira, líder parlamentar do PCP, responsabilizou António Costa de **«calculismo eleitoral»**, num sinal claro de fim da geringonça. No PS o tom de ataque aos parceiros da geringonça também subiu de tom.

Menos crítica foi Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, ao considerar que **«este ultimato é uma precipitação»**.

Depois de cancelar a agenda que tinha na Guarda, a coordenadora do BE deixou a pergunta: **«Faz sentido deitar borda fora o trabalho de conjunto»**.

António Costa responsabiliza PSD e CDS pelo aumento da despesa

Marcelo a banhos

Horas antes do anúncio do primeiro-ministro, o líder do PSD, Rui Rio considerou que o cenário de crise política é **«teatro»**. E, perante a hipótese de eleições antecipadas, o presidente social-democrata respondeu: **«Se há eleições em agosto ou setembro não faz diferença nenhuma, as eleições já estão marcadas para outubro»**, disse.

Já Assunção Cristas, líder do CDS, considerou todo o processo uma **«fantochada»**, e acusou Costa de falta de credibilidade, pedindo uma audiência a Belém.

Para já, Marcelo recebeu ainda e só António Costa, numa reunião que foi anunciada por Belém como sendo a habitual reunião semanal das quintas-feiras entre o Presidente e o primeiro-ministro. Mas António Costa fez questão de marcar a declaração ao país para imediatamente a seguir ao encontro com Marcelo, esclarecendo que informou o Presidente da consequência da aprovação parlamentar do diploma ser a demissão do seu Governo.

Curiosamente, e como acontece em momentos tanto de maior descontração como de crise, Marcelo decidiu ir dar um mergulho e nadar no mar de Cascais mesmo antes da reunião com Costa.

Governo de gestão?

O Presidente da República ainda pode tentar travar uma antecipação de um cenário de crise, mas, se optar por eleições antecipadas, a expectativa no PS é a de que o Executivo não fique muito tempo em gestão. Sobretudo porque há uma época de combate a incêndios.

De facto, um Governo é considerado de gestão «**antes da apreciação do seu programa pela Assembleia da República, ou após a sua demissão»**, segundo a Constituição. O cenário mais rápido apontaria para eleições durante o mês de julho.

manchete

SOL

04-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 25000

Temática: Política
Dimensão: 4169 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6 a 9

PROFESSORES E GOVERNO: COMO TUDO COMEÇOU

Carlos Diogo Santos
carlos.santos@sol.pt

Durante mais de um ano sindicatos e Governo trocaram acusações e não cederam um milímetro durante as negociações. Um braço de ferro que parece não se ter ficado por aqui.

Tudo o que hoje faz tremer o Governo começou a ser desenhado em 2017, com a apresentação da proposta do Orçamento do Estado para o ano seguinte onde não constava a contabilização do tempo de serviço congelado aos professores. A proposta que o Executivo de António Costa sempre defendera acabaria por ser anunciada pela primeira vez no início de 2018: a contabilização de dois anos, nove meses e 18 dias. Algo que estava muito longe do que reivindicavam os professores, ou seja, o total do período de congelamento (nove anos, quatro meses e dois dias).

Nenhuma das partes apresentou qualquer proposta que fugisse a estes números. Mas então quais os argumentos apresentados pelo Executivo para justificar que não poderia ir mais longe? Segundo as contas do Ministério das Finanças a exigência dos professores significaria um impacto anual de 635 milhões de euros – um valor que a tutela diz ter já em conta os professores que vão atingir a idade de reforma ou o topo de carreira. Caso contrário o custo ascenderia a 820 milhões de euros. Estes montantes avançados contam com as contribuições para a Segurança Social.

Os números eram incomportáveis para o Executivo. Segundo a secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão (no *Público*), a proposta do Governo estava «**assente em critérios de sustentabilidade e de compatibilização com os recursos disponíveis (tal como é imposto pelo artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado), mas também em critérios de equidade**».

Na prática, defendeu, como para outras carreiras da função pública se devolveu o equivalente a 70% do período de um escalão (dez anos), para os professores tinha seria o mesmo. E como os escalões são de quatro anos, 70% desse tempo corresponde a dois anos, nove meses e 18 dias.

Mas os sindicatos sempre contestaram esta visão da tutela, dizendo que o tempo perdido corresponde a mais de dois escalões. Além de afirmarem que o ministério de Brandão Rodrigues está a desrespeitar um conjunto de compromissos assumidos no passado e que as contas apresentadas não refletem o real impacto financeiro. O que separa as contas de uns e de outros não é uma pequena parcela – são cerca de 300 milhões de euros. As contas feitas por um grupo de professores concluíram que a contabilização do tempo integral de serviço congelado teria um impacto financeiro de 320,3 milhões de euros.

Os professores avançaram mesmo que as contas feitas pelo Ministério da Educação foram feitas com recurso a valores ilíquidos, o que, de acordo com os docentes, significa que não eram números reais, uma vez que parte ficaria logo retido na fonte.

Sindicatos sempre defenderam que Governo fez mal as contas e que impacto financeiro seria de 320 milhões de euros/ano

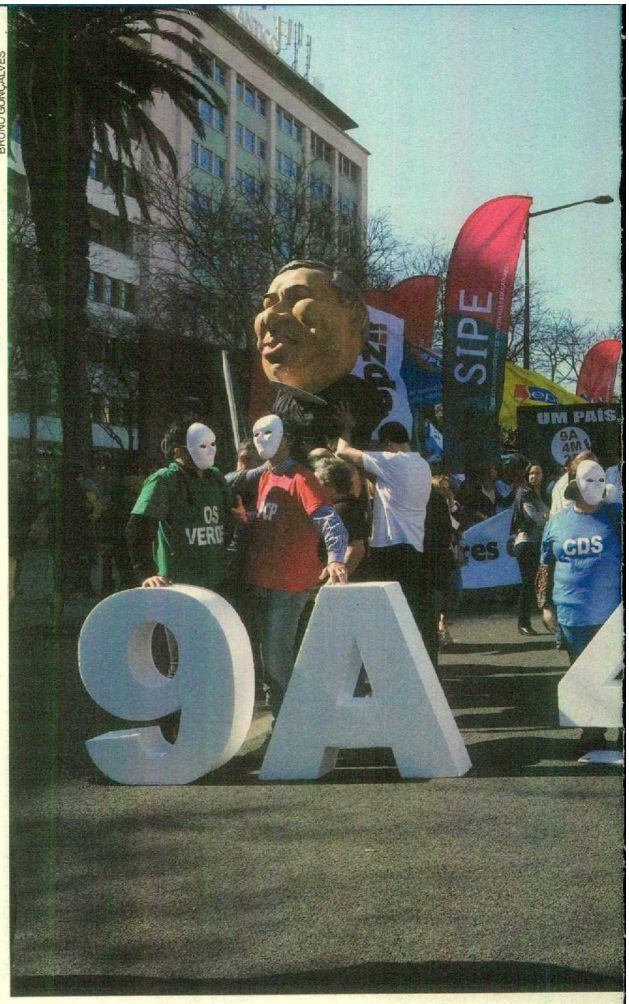
Os docentes consideraram ainda o cenário de a contabilização do tempo integral ser faseada ao longo de sete anos, concluindo que nesse caso o custo anual seria de 50 milhões. Foi uma solução idêntica a esta que foi seguida na Região Autónoma da Madeira.

As negociações acabaram como começaram, com posições extremadas e o decreto de lei com a proposta do Governo ainda foi aprovado em Conselho de Ministros, mas nunca seguiu para Belém. O tema voltaria a abrir telejornais em novembro, quando, na discussão do Orçamento para 2019, o Parlamento obrigou o Governo a reabrir as negociações com os professores.

E as negociações foram retomadas, em dezembro, mas as posições não se alteraram, o que significa que não houve negociação. E o Governo decide aprovar novamente o decreto-lei, considerando que já tinha cumprido o que havia sido determinado pelo Parlamento.

A 26 de dezembro, Marcelo decide vetar o diploma, considerando que o mesmo tinha de ser negociado. E, assim, estávamos já em fevereiro quando se regressou à mesa de negociações, mas sem que nenhuma das partes mostrasse qualquer sinal de abertura.

Desde aí, o clima de tensão ainda se adensou mais, com os sindicatos a fazerem diversas acusações à tutela de Tiago Brandão Rodrigues e o Governo a dizer que os professores não tinham levado qualquer alternativa à proposta já apresentada. Após estes avanços e recuos, o Governo aprovou novamente o diploma em conselho de ministros e o decreto-lei acabou promulgado por Belém.



BRUNO GONÇALVES

FRASES

Frases António Costa

Nestas condições entendi ser meu dever de lealdade institucional informar o Presidente da República e o presidente da Assembleia da República que a aprovação deste diploma forçará o Governo a apresentar a sua demissão

Tenho de reconhecer que o PCP e o BE foram coerentes com o que defendem desde 2017

De boa fé iniciámos negociações, procurando uma solução financeiramente sustentável e que não trouxesse desigualdades

A comissão parlamentar de Educação aprovou na especialidade, na quinta-feira, um conjunto de normas que, independentemente das muitas dúvidas de inconstitucionalidade que suscita, é socialmente injusta e financeiramente insustentável

O que se pretendia era por o tempo a contar sem refazer a história.

A necessária extensão deste diploma aos outros corpos especiais implicaria mais 800 milhões de euros em cada ano (...) Cada passo deve ser dado com segurança. Não estamos a repor para voltar a retirar amanhã

Cada medida foi tomada [pelo Executivo] de modo a garantir que nenhum passo seria maior do que a perna

Ao contrário do que muitos recearam foi possível assegurar estabilidade política

A aplicação deste diploma ao ano de 2019 implicaria necessariamente um orçamento retificativo, o que quebraria a regra da estabilidade e da boa gestão orçamental que tem vindo a ser cumprida desde 2016

Não estou a fazer chantagem nem ultimatos

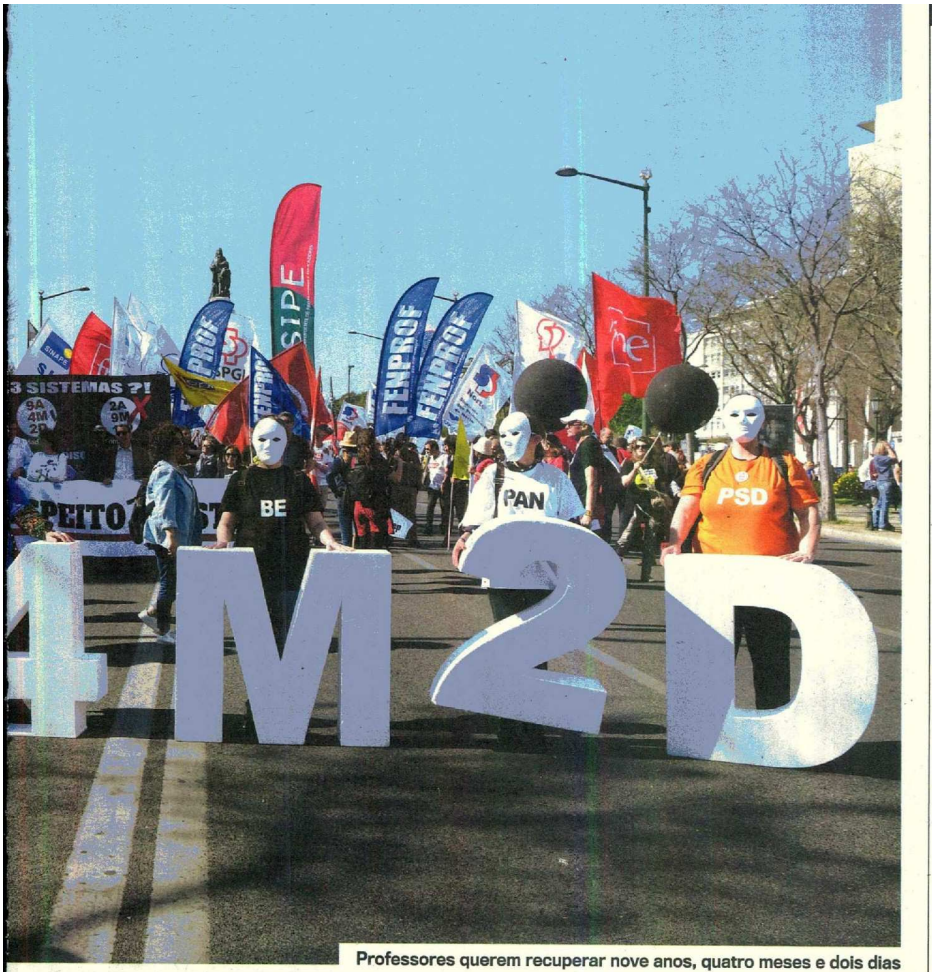
manchete

SOL

04-05-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 25000

Temática: Política
Dimensão: 4169 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/6 a 9



Professores querem recuperar nove anos, quatro meses e dois dias

A cronologia de uma 'guerra'

As greves dos professores marcaram o ano de 2018 e resultaram em reuniões canceladas e no início de exames sem notas.

O braço-de-ferro endureceu no final do ano-letivo de 2018, quando em maio milhares de professores saíram à rua. Na altura, os sindicatos avisaram que **«o tempo de compromissos acabou»** e a paralisação começou a afetar os últimos dias de aulas dos alunos do ensino básico e secundário. O Governo não gostou e retirou a proposta para contabilizar os dois anos, nove meses e 18 dias.

Entre decisões de retirar ou não retirar a proposta de contabilização do tempo de serviço, os docentes avançaram para uma nova greve que interrompeu as reuniões de avaliação referentes ao terceiro período – do básico ao secundário.

A paralisação arrastou-se durante semanas e a forte adesão atrasou o fim do ano letivo. Em pleno início da primeira fase de exames nacionais que permitiam o acesso dos alunos ao ensino superior, centenas de alunos – 23% do ensino secundário e 25% do ensino básico – foram a exame sem saber as notas do terceiro período.

O Governo decretou os serviços mínimos, mas os professores viram esta decisão como uma violação à lei e, logo a seguir, já com um pé na segunda-fase de exames, o sindicato STOP decreta nova greve às avaliações. Segundo o Ministério da Educação, a adesão à greve rondou os 10%, mas afetou cerca de 90% dos alunos. Isto porque, para impedir a realização de um conselho de turma, basta que um dos professores faça greve (mais de 96% das reuniões não se realizou). As paralisações continuaram e, com o calendário a marcar o dia 2 de julho de 2018, o Governo criou uma comissão técnica para analisar os custos reais da recuperação do tempo de serviço. Mas as férias de verão passaram e a conclusão foi a mesma: recuperar, só se for dois anos, nove meses e 18 dias.

Seguiu-se nova greve de uma semana a começar no primeiro dia de outubro e o Governo aprovou, sem acordo, o decreto-lei que recupera os tais dois anos. O ano terminou sem acordo e com o Presidente da República a vetar o diploma.